



Solange Aparecida de Souza Monteiro
(Organizadora)

Ações e Implicações para a (Ex) Inclusão 2

 **Atena**
Editora

Ano 2020

The background of the cover is a close-up photograph of a wooden surface with a vertical grain. A thick, braided rope, made of light and dark grey strands, is wrapped around a vertical post in the center. The rope's texture is clearly visible. A dark grey, semi-transparent curved shape is positioned in the upper left, containing the author's name. Another larger, light grey curved shape is in the lower half, containing the title and publisher information.

Solange Aparecida de Souza Monteiro
(Organizadora)

Ações e Implicações para a (Ex) Inclusão 2

 **Atena**
Editora

Ano 2020

2020 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2020 Os autores

Copyright da Edição © 2020 Atena Editora

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Diagramação: Geraldo Alves

Edição de Arte: Lorena Prestes

Revisão: Os Autores



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília

Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense

Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa

Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa

Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará

Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia

Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá

Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima

Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões

Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná

Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionale delle Figlie di Maria Ausiliatrice

Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense

Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso

Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins

Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte

Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Universidade Federal do Maranhão

Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará

Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa

Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa

Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste

Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador

Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará

Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano

Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás

Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná

Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília
Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federaci do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Alexandre Leite dos Santos Silva – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Conselho Técnico Científico

Prof. Msc. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Msc. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza
Prof. Dr. Adailson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Msc. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Profª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Profª Msc. Bianca Camargo Martins – UniCesumar
Prof. Msc. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Msc. Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo
Prof. Msc. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Profª Msc. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco

Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil
 Prof. Msc. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita
 Prof. Msc. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária
 Prof. Msc. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná
 Prof^a Msc. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
 Prof. Msc. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco
 Prof. Msc. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
 Prof^a Msc. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará
 Prof^a Msc. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ
 Prof^a Dr^a Lívia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás
 Prof. Msc. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados
 Prof. Msc. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual de Maringá
 Prof. Msc. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados
 Prof^a Msc. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
 Prof^a Msc. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo
 Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)**

A185 Ações e implicação para a (ex) inclusão 2 [recurso eletrônico] / Organizadora Solange Aparecida de Souza Monteiro. – Ponta Grossa, PR: Atena, 2020.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: Word Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-86002-17-1

DOI 10.22533/at.ed.171200403

1. Brasil – Política social. 2. Cidadania – Brasil. 3. Exclusão social – Brasil. 4. Pobres – Estudo de casos. I. Monteiro, Solange Aparecida de Souza.

CDD 305.560981

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

Atena Editora
 Ponta Grossa – Paraná - Brasil
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

O que significa “educar”? Para muitos autores no campo da Educação sua forma e aplicação é de diferentes maneiras, na compreensão dos diversos processos que envolvem a aprendizagem, o ensino, a transmissão, a socialização. Sabemos que a educação não se dá apenas na escola – instituição que segue um certo tipo de comunicação e de relação com a autoridade (escolar) preocupada com as possibilidades de progressão linear de estudantes (de uma classe para outra). Passar por novas experiências na forma de aprender-e-ensinar, experiências pluridirecionais de transmissão, não apenas naquela tradicional de professor-aluno, sendo o aluno um receptáculo, a incorporação de outros saberes ao currículo, dinâmicas contemporâneas de processos educativos são alguns temas que têm mobilizado pesquisas no campo da Educação. Este e-book “Ações e Implicação para a (Ex) Inclusão 2”, dedicado ao tema “Educação e questões de como se organiza em torno de reflexões acerca do fazer científico e da relação entre dois campos Exclusão e Inclusão. Os artigos aqui reunidos fazem pensar sobre o lugar que assume o método e os pressupostos epistemológicos na produção das questões que envolvem objetos que tocam aos dois campos tanto na perspectiva da interação/aproximação, quanto na perspectiva das fronteiras teórico-conceituais. Discutem, em diferentes perspectivas, como a (Ex) Inclusão e a suas diferentes abordagens constituem importantes aportes teóricos e metodológicos para a produção de conhecimento fundado na transformação de formas de investigação e de outras possibilidades de enunciação. As experiências de campo, pesquisas originais desenvolvidas em diferentes contextos sobre processos educativos/culturais diversos, nos convida a refletir sobre o que o conhecimento “aproximado” da realidade pode nos revelar sobre o Outro e sobre Nós mesmos.

Desejo a todos uma boa leitura e que os artigos aqui reunidos sejam fonte de inspiração para reflexões sobre o lugar do pesquisador e da pesquisa na produção em Ações e Implicação para a (Ex)Inclusão 2.

Solange Aparecida de Souza Monteiro

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
A IMPORTÂNCIA DO MEDIADOR ESCOLAR PARA POTENCIALIZAR O PROCESSO DE BRINCAR DA CRIANÇA COM DEFICIÊNCIA VISUAL	
Fabiane Araujo Chaves Thacio Azevedo Ladeira	
DOI 10.22533/at.ed.1712004031	
CAPÍTULO 2	11
A INCLUSÃO ESCOLAR DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL NO ENSINO FUNDAMENTAL	
Edivaldo Lubavem Pereira Eduardo Gonzaga Bett	
DOI 10.22533/at.ed.1712004032	
CAPÍTULO 3	24
A REFLEXÃO DA EDUCAÇÃO NO BRASIL	
Ivan de Oliveira Silva Silvia Carbone Denise de Almeida Robson Paz Vieira Franklin Portela Correia	
DOI 10.22533/at.ed.1712004033	
CAPÍTULO 4	32
A INCLUSÃO ESCOLAR E O USO DO NOME SOCIAL POR ALUNOS TRAVESTIS E TRANSEXUAIS MENORES DE IDADE	
Cilene Angelica Peres	
DOI 10.22533/at.ed.1712004034	
CAPÍTULO 5	53
ALUNOS COM AUTISMO O RECONHECIMENTO DE SUAS IDENTIDADES NA CONCEPÇÃO DO DESENHO UNIVERSAL PARA APRENDIZAGEM	
Marco Antonio Serra Viegas	
DOI 10.22533/at.ed.1712004035	
CAPÍTULO 6	65
AS CONTRIBUIÇÕES DA PSICOLOGIA HISTÓRICO-CULTURAL PARA O PROCESSO DE INCLUSÃO ESCOLAR	
Sonia Ribeiro de Lima Solange de Castro Elisabeth Rossetto	
DOI 10.22533/at.ed.1712004036	
CAPÍTULO 7	74
ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO COM UM ALUNO AUTISTA: UM ESTUDO DE CASO	
Silvia Raquel Schreiber Boniati Idorlene da Silva Hoepers	

CAPÍTULO 8 87

ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO NO ENSINO MÉDIO E SUPERIOR: VIVENCIANDO DESAFIOS E POSSIBILIDADES NA REDE DE ENSINO BÁSICO, TÉCNICO E TECNOLÓGICO

Judith Mara de Souza Almeida

Luana Tillmann

DOI 10.22533/at.ed.1712004038

CAPÍTULO 9 95

ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO OFERTADO AOS ALUNOS SURDOS EM UMA ESCOLA MUNICIPAL DE ENSINO DE SANTARÉM

Patrícia Siqueira dos Santos

Eleny Brandão Cavalcante

DOI 10.22533/at.ed.1712004039

CAPÍTULO 10 108

ATUAÇÃO DA GESTÃO ESCOLAR NA INCLUSÃO SOCIAL NO ENSINO FUNDAMENTAL

Edivaldo Lubavem Pereira

Eduardo Gonzaga Bett

Piery Teza

Tatiani Fernandes Teixeira

DOI 10.22533/at.ed.17120040310

CAPÍTULO 11 119

ATENDIMENTO PEDAGÓGICO DOMICILIAR: UM PROCESSO DE INCLUSÃO

Silvia Cristina Pereira dos Santos

Renata Souza Vogas

Cintia Soares Romeu

Geilsa Soraia Cavalcanti Valente

DOI 10.22533/at.ed.17120040311

CAPÍTULO 12 132

AVALIAÇÃO E IMPLICAÇÕES PSICOMOTORAS EM ESTUDANTES COM ALTAS HABILIDADES/SUPERDOTAÇÃO

Maria Beatriz Campos de Lara Barbosa Marins Peixoto

Jair Lopes Junior

Vera Lucia Messias Fialho Capellini

DOI 10.22533/at.ed.17120040312

CAPÍTULO 13 140

CONCEPÇÕES DE GESTORES SOBRE A INFRAESTRUTURA PARA O ATENDIMENTO DO ALUNO PAEE

Camila Elidia Messias dos Santos

Vera Lucia Messias Fialho Capellini

Kátia de Abreu Fonseca

DOI 10.22533/at.ed.17120040313

CAPÍTULO 14	149
EDUCAÇÃO AMBIENTAL E INCLUSÃO SOCIAL: ATIVIDADES LÚDICAS APLICADAS AO DESENVOLVIMENTO DE PESSOAS COM NECESSIDADES ESPECIAIS	
<p>Jôsi Mylena de Brito Santos Larissa Gonçalves Moraes João Carlos dos Santos Duarte Natália Cristina de Almeida Azevedo Erika da Silva Chagas Vânia Silva de Melo</p>	
DOI 10.22533/at.ed.17120040314	
CAPÍTULO 15	160
ENTRE ATOS E FATOS: DA DISCRIMINAÇÃO ÉTNICO-RACIAL A CONSCIENTIZAÇÃO HUMANÍSTICA EM UM CAMPUS UNIVERSITÁRIO	
<p>Isadora Polvani Barbosa Lucy Verônica Mendes Garcia David Marcio Roberto Ghizzo</p>	
DOI 10.22533/at.ed.17120040315	
CAPÍTULO 16	169
ESTÁGIO EM PSICOLOGIA ESCOLAR CRÍTICA NUMA ESCOLA DO CAMPO: APRENDIZADOS E DESENVOLVIMENTOS MÚTUOS	
<p>Caroline Boaventura Czelusniak Roger Alloir Alberti José Alexandre de Lucca</p>	
DOI 10.22533/at.ed.17120040316	
CAPÍTULO 17	178
DO PIQUE PEGA ÀS GARGALHADAS: APRENDENDO COM AS DIFERENÇAS	
<p>Lívia Mello Lopes de Almeida</p>	
DOI 10.22533/at.ed.17120040317	
CAPÍTULO 18	189
INCLUSÃO E PERTENCIMENTO: APROPRIAÇÕES DE HISTÓRIAS EM UM AMBIENTE DE ESCOLARIZAÇÃO	
<p>Caroline Boaventura Czelusniak Roger Alloir Alberti José Alexandre de Lucca</p>	
DOI 10.22533/at.ed.17120040318	
CAPÍTULO 19	201
POSSIBILIDADE RUMO À INSTITUCIONALIZAÇÃO DO ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO NO IFRS: RELATO DE EXPERIÊNCIA	
<p>Cláudia Terra do Nascimento Paz Cláudia Medianeira Alves Ziegler</p>	
DOI 10.22533/at.ed.17120040319	
CAPÍTULO 20	211
PARATY: POR UMA EDUCAÇÃO DECOLONIAL	
<p>Waleska Souto Maia</p>	

Mariana Roque Lins da Silva
Erica Silvani Souza
Isabel Rodrigues Monteiro

DOI 10.22533/at.ed.17120040320

CAPÍTULO 21 220

TECNOLOGIAS ASSISTIVAS NA ESCOLARIZAÇÃO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA EM COMUNIDADES QUILOMBOLA E PESQUEIRA

Mequias Pereira de Oliveira
Odinilton Pacheco de Deus
Raquel Amorim dos Santos

DOI 10.22533/at.ed.17120040321

CAPÍTULO 22 234

CONCEPÇÕES DE PAIS COM FILHOS COM DEFICIÊNCIA: UM ESTUDO EXPLORATÓRIO SOBRE O ENTENDIMENTO DOS PAIS ACERCA DAS DEFICIÊNCIAS NA CIDADE DE BELÉM (PA)

Marcelo Marques de Araujo
Elizabeth Cardoso Gerhardt Manfredo
Isabel Lopes Valente

DOI 10.22533/at.ed.17120040322

CAPÍTULO 23 248

AMARRAS E ARMADILHAS DO CURTA DE ANIMAÇÃO *CUERDAS*

Lidnei Ventura
Simone De Mamann Ferreira
Klalter Bez Fontana

DOI 10.22533/at.ed.17120040323

CAPÍTULO 24 258

POLÍTICAS LINGUÍSTICAS E INCLUSÃO DE SURDOS NA UNIVERSIDADE A PARTIR DO EVENTO ARTES & LIBRAS EM CICLO

Natália Schleder Rigo
Bianca de Oliveira
Érica Caléfi

DOI 10.22533/at.ed.17120040324

CAPÍTULO 25 276

EDUCAÇÃO SEXUAL: AÇÕES E IMPLICAÇÕES PARA A (EX)INCLUSÃO DA SEXUALIDADE, DO CORPO E DO GÊNERO E DE SUAS EXPRESSÕES

Solange Aparecida de Souza Monteiro
Paulo Rennes Marçal Ribeiro
Melissa Camilo
Débora Cristina Machado Cornélio
Valquiria Nicola Bandeira
Carlos Simão Coury Corrêa
Andreza De Souza Fernandes
Marilurdes Cruz Borges
Monica Soares
Fernando Sabchuk Moreira

DOI 10.22533/at.ed.17120040325

SOBRE A ORGANIZADORA.....	300
ÍNDICE REMISSIVO	301

ATUAÇÃO DA GESTÃO ESCOLAR NA INCLUSÃO SOCIAL NO ENSINO FUNDAMENTAL

Data de aceite: 20/02/2020

Edivaldo Lubavem Pereira

Universidade Estadual de Santa Catarina –
UDESC
Orleans – Santa Catarina
<http://lattes.cnpq.br/7017460860698851>

Eduardo Gonzaga Bett

Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC
Orleans – Santa Catarina
<http://lattes.cnpq.br/0747382877985227>

Pierry Teza

Instituto Federal de Santa Catarina – IFSC
Tubarão – Santa Catarina
<http://lattes.cnpq.br/1651345654499363>

Tatiani Fernandes Teixeira

Instituto Federal de Santa Catarina – IFSC
Tubarão – Santa Catarina
<http://lattes.cnpq.br/6896518614499000>

RESUMO: O presente estudo investigou a relação entre a gestão escolar e o processo de inclusão social dos estudantes com necessidades educacionais especiais no ensino fundamental na rede pública de ensino. O estudo foi realizado por meio de pesquisa qualitativa com revisão bibliográfica, abordando no primeiro momento sobre a gestão como organizadora da educação e da escola. Em seguida, foi oportuno descrever os aspectos em relação

ao respeito à diversidade: educação inclusiva. Posteriormente, o estudo tratou elementos que descrevessem o professor como mediador na contribuição entre escola e inclusão. Destacamos que a metodologia utilizada foi bibliográfica e qualitativa, cuja se observa a relevância da educação inclusiva para os alunos com necessidades educacionais especiais e a sua efetiva participação no ensino regula. Como indicativos nas considerações finais se destacaram: carência de orientação por equipe multidisciplinar, formação continuada para docentes, infraestrutura e recursos pedagógicos adequados. As reflexões permitiram evidenciar vários aspectos necessários à efetivação da proposta inclusiva fomentando o engajamento dos professores e a atuação em conjunto da gestão escolar.

PALAVRAS-CHAVE: Gestão Escolar; Inclusão Social; Estudantes.

ACTING SCHOOL MANAGEMENT IN SOCIAL INCLUSION IN FUNDAMENTAL EDUCATION

ABSTRACT: The present study investigated the relationship between school management and the process of social inclusion of students with special educational needs in elementary school in public schools. The study was conducted through qualitative research with literature review, addressing at first about management

as an organizer of education and school. Then it was appropriate to describe the aspects regarding respect for diversity: inclusive education. Subsequently, the study dealt with elements that described the teacher as a mediator in the contribution between school and inclusion. We emphasize that the methodology used was bibliographic and qualitative, whose observance is the relevance of inclusive education for students with special educational needs and their effective participation in regular education. As indicative in the final considerations stood out: lack of guidance by multidisciplinary team, continuing education for teachers, infrastructure and adequate pedagogical resources. The reflections made it possible to highlight several aspects necessary for the realization of the inclusive proposal, fostering the teachers' engagement and the joint management of the school.

KEYWORDS: School Management; Social inclusion; Students.

1 | INTRODUÇÃO

O presente trabalho intitulado, a atuação da gestão escolar na inclusão social no ensino fundamental, cujo objetivo principal é elucidar o conceito de inclusão e debater as formas de inclusão que a gestão desenvolve no âmbito escolar. Para tanto, parto da hipótese de fomentar as reflexões acerca do assunto e, descrever os pensamentos de autores renomados que tratam sobre a temática. Além disso, o intuito do trabalho é identificar os procedimentos que direcionam as atividades de integração para que ocorra a inclusão social, associando a proposta de documentos oficiais com a vivência educativa, bem como, analisar se a atuação da gestão escolar e o envolvimento dos professores da rede pública de ensino contribuí para que haja a inclusão social na escola.

O debate sobre inclusão social é de suma importância em nossa sociedade, por estarmos vivendo um período em que o respeito à diversidade e a garantia ao direito à participação inclusiva e social de cada ser, que, até então, o assunto em debate não recebeu a devida atenção. A importância do respeito às particularidades (de condição sexual, étnica-racial, socioeconômicas, opções religiosas, físicas e psicológicas), têm de certo modo enaltecido como uma questão ética, buscando a mudança para uma convivência mais fraterna e igualitária.

A inclusão está associada a todas as pessoas que não têm as mesmas oportunidades dentro da sociedade. Neste sentido, inserir estudantes com déficits de toda ordem, mais graves ou menos severos passageiros ou permanentes, no ensino regular significa, segundo a Constituição garantir o direito de todos à educação.

Cabe salientar a concepção sobre gestão escolar, a qual abrange um grupo de pessoas (diretor escolar, orientadores, supervisores, coordenadores pedagógicos e secretários escolares) que tornam-se responsáveis pela orientação e organização administrativa e pedagógica da escola. Essa equipe tem a responsabilidade de

enaltecer a existência da cultura e ambiente escolar, as quais devem servir como estimuladores para a construção para a partilha do conhecimento, a convivência com as diferenças, a socialização coletiva e a prática do respeito.

Para debater tais questões faz-se premente apresentar, ainda que brevemente, o papel que a escola desempenha hoje na sociedade. Tendo consciência de que ela, como parte constituinte da sociedade moderna, assume função relevante na consolidação de determinados ações sociais.

A inclusão social é um dos assuntos mais debatidos da atualidade, utilizado hegemonicamente nas diversas áreas do conhecimento, no entanto, visto de forma dúbia na concepção ideológico. Termo que permite usos retóricos, desde a concepção de desigualdade, do afastamento em decorrência algum tipo de limitação seja ela, física ou intelectual, um sinônimo do sufixo sem (less), até a de injustiça e exploração social.

Contudo, além da responsabilidade política e social assumidas pela escola, faz-se necessário explicitar se o engajamento dos professores impulsionam para o acontecimento da inclusão social no âmbito escolar. Como veremos mais adiante, a escola atualmente é conclamada a ser democrática, “para todos”, uma escola inclusiva. Levando em conta tais considerações, parto do pensamento de que a escola se esforça para promover mudanças.

Nessa perspectiva serão apresentados os resultados obtidos nesta pesquisa, uma vez, que a inclusão, então, aparece como propulsora de uma nova visão da escola. A pesquisa apresentará uma contextualizando com base na formação e competências da gestão escolar.

Temos a obrigação de ser otimistas e buscar caminhos para atingir a plena felicidade. A visão do futuro é assustadora e a exclusão é réprobo como jamais foi. Não há projeções convincentes de aumento geral da igualdade entre as pessoas. Por esta razão, ser otimista é acreditar na potencialidade do sujeito de lutar contra esta condição social e humana, sem desconsiderar a determinação social.

2 | METODOLOGIA

A atual pesquisa conta com referencial bibliográfico, envolvendo as reflexões de autores renomados que conhecem e abordam a temática em destaque, a partir de trabalhos, pesquisas produzidas e publicadas. As metodologia usada nesta pesquisa aconteceu mediante leituras com embasamento de autores nacionais que enfatizam a educação brasileira tais como Freire (2005), Fernandes (2006) e Mantoan (2005), os quais assiduamente tornaram-se consagrados por desvendar respostas para questões desconhecidas no papel do professor nesse contexto de inclusão. Para complementar Demo (1987, p. 39) nos mostra dizendo que:

[...] a atividade científica é um atributo de todos aqueles que queiram de verdade se dedicar à atividade de descobertas de novos conhecimentos, procurar novas relações onde elas aparentemente são impossíveis, descortinar pensamentos e teorias e colocá-las a serviço do que se pretende entender (DEMO, 1987, p. 39).

3 | A GESTÃO COMO ORGANIZADORA DA EDUCAÇÃO E DA ESCOLA

A compreensão de educação é vista, aqui, como prática social, ou seja, constitutiva e constituinte das relações sociais mais amplas, a partir de embates e processos em disputa que traduzem distintas concepções de homem, mundo e sociedade (DOURADO, 2007). No contexto nacional, a reforma educacional iniciou nos anos de 1990. E com isso passou assumir a racionalidade administrativa como paradigma.

Conforme descreve Oliveira (2000, p. 331), “as reformas educacionais dos anos 90 apresentam como seu principal traço a tentativa de ‘modernização’ administrativa do aparato público”. Para efeito dessa análise, e considerando a especificidade do sistema educacional brasileiro, buscar-se-á apreender as concepções político-pedagógicas. Destaca-se que na reforma educacional, esse planejamento apresenta-se de maneira menos rígido, expondo um novo modelo de gestão do ensino público. Agora descentralizada, a gestão deve assumir uma forma mais flexível e participativa.

Com esse olhar, a escola passa a ser o “centro” da gestão administrativa e financeira. Para Oliveira (2000, p. 95), esse conceito está atrelado:

A lógica assumida pelas reformas estruturais que a educação pública vai viver no Brasil em todos os âmbitos (administrativo, financeiro, pedagógico) e níveis (básica e superior) tem um mesmo vetor. Os conceitos de produtividade, eficácia, excelência e eficiência serão importados das teorias administrativas para as teorias pedagógicas.

Para efeito desta análise, a educação é compreendida como processo de socialização da cultura, historicamente construída pelo homem, e a escola, como locus privilegiado de produção e apropriação do saber, cujas políticas, gestão e processos se organizam, coletivamente ou não, em prol das finalidades de formação. Sendo assim Dourado (2007), afirma que as políticas educacionais efetivamente implicam o engajamento e o comprometimento de diferentes atores, abrangendo gestores e professores vinculados aos diferentes sistemas de ensino.

A escola presentemente se depara com novos desafios, entre eles, o de firmar condições adequadas para atender a diversidade dos indivíduos que dela fazem parte. Assumir, compreender e respeitar essa diversidade é requisito necessário para orientar a transformação de uma sociedade tradicionalmente pautada pela exclusão (DUTRA E GRIBOSKI, 2005).

De acordo com Lück, (2001), o conceito de gestão está interligado a ascensão da democratização do trabalho pedagógico, à participação assídua de todos nas decisões necessárias e na sua efetivação mediante uma função coletiva com objetivos educacionais cada vez mais expressivos. Entende-se, portanto, que o compromisso da gestão está fundamentado no diálogo e participação cuja finalidade é superar a concepção educacional singular e simplista. Passando a constituir um conjunto de responsabilidades de caráter pedagógica, da organização e do financiamento da educação.

Nessa perspectiva, a articulação e a rediscussão de diferentes ações e programas, direcionados à gestão educacional, devem ter por norte uma concepção ampla de gestão que considere a centralidade das políticas educacionais e dos projetos pedagógicos das escolas, bem como a implementação de processos de participação e decisão nessas instâncias, balizados pelo resgate do direito social à educação e à escola, pela implementação da autonomia nesses espaços sociais e, ainda, pela efetiva articulação com os projetos de gestão do MEC, das secretarias, com os projetos político-pedagógicos das escolas e com o amplo envolvimento da sociedade civil organizada (DOURADO, 2007, p. 924).

Vale ressaltar que, segundo a Constituição Federal (1988), a função social da escola, determina o direito de todos à educação pretextando cujo direito visa o “pleno desenvolvimento da pessoa para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”. Sendo assim Dourado (2007), explica que, a função da gestão é assegurar uma educação de qualidade pautada no conhecimento, no desencadeamento das capacidades cognitivas e, sobretudo, ao atendimento educacional especializado para todos.

Para que se assegure uma educação eficaz para todos é necessário estabelecer um objetivo de gestão que vá ao encontro com a inclusão, que define a gestão pela perspectiva de combater a exclusão. A gestão para a inclusão conforme Dutra e Griboski (2005), pressupõe um trabalho competente, à luz de um paradigma dinâmico, mobilizador da sociedade e responsável pela transformação dos sistemas educacionais.

Para as autoras, o trabalho de gestão contribui para a melhoria da qualidade do ensino-aprendizagem e surgimento de respostas para aqueles grupos que, ao longo do processo de formação educacional foram evidentemente excluídos. Portanto, considera-se que, a gestão forma-se como referencial para as transformações que se apresentam no contexto da educação inclusiva.

Na opinião de Mantoan (2002), uma escola se consagra essencialmente por proporcionar um ensino eficiente, com capacidade de formar dentro dos padrões requeridos por uma sociedade mais progredida e humanitária, quando, por sua vez, realiza a interatividade entre os estudantes, entre os componentes curriculares, estabelecendo a junção entre a escola e seu entorno, entre as famílias, os

responsáveis e o projeto escolar.

Dessa forma pode-se compreender um ensino de qualidade a partir de juízos de trabalho pedagógico que implicam em formação de redes de saberes e de relações, que se ocultam por percursos imprevisíveis para chegar ao conhecimento.

4 | RESPEITO À DIVERSIDADE EDUCAÇÃO INCLUSIVA

A educação inclusiva é uma questão de direitos humanos e requer a definição de políticas públicas, explícita nas ações institucionalmente planejadas, implementadas e avaliadas. Com base na visão de Dutra e Griboski (2005), a definição que rege as principais reflexões acerca da educação inclusiva refere-se que a escola é um dos espaços de ação e de transformação, que traduz a ideia de políticas educacionais e políticas sociais que garantam os direitos da população.

Complementa-se ainda que, neste olhar voltado para as ações de inclusivas, o Ministério da Educação assume a política de inclusão que tem se consolidado na evolução dos marcos legais, na construção de orientações pedagógicas e na ascensão de programas de propagação da educação inclusiva para os municípios brasileiros.

Para Correia (2004), presentemente a política de inclusão vem “ganhando força” nos últimos dez anos, não se refere apenas à introdução dos estudantes considerados deficientes no ensino regular, mas se constitui, mesmo, em um tabu que é incorporado pelo campo educacional como “ideologia da inclusão”.

O programa Educação Inclusiva: direito à diversidade coordenado pela Secretaria de Educação Especial/MEC orienta para a necessária transformação da escola e criação de alternativas pedagógicas com vistas ao desenvolvimento de uma educação para todos nas escolas de ensino regular. O programa tem como objetivo a transformação dos sistemas educacionais a fim de assegurar a todos os alunos o acesso e a permanência na escola sem nenhum tipo de discriminação, assumindo o compromisso de transformação política, administrativa, didática e pedagógica do contexto educacional (DUTRA E GRIBOSKI, 2005, p. 04).

O debate sobre exclusão no Brasil, e a perspectiva de inclusão das classes minoritários em serviços e espaços vem conquistando relevância. Martins (2000, p. 11), frisa que, “a sociedade que exclui é a mesma sociedade que inclui e integra, que cria formas também desumanas de participação, na medida em que delas faz condições de privilégios e não de direitos”. Em outras palavras, pode-se acreditar que inclusão acontece mediante a presença constante da exclusão” (MICHELS, 2004).

O reconhecimento das diferenças culturais e a participação social são essenciais para a vivência dos princípios igualitários e da solidariedade. Contudo, o âmbito escolar é lugar privilegiado para debater estes temas, pois o exercício da cidadania ao fomentar as diferenças, acentua o respeito à pluralidade.

Nas palavras de Pinsky, (2003), idealizar uma cidadania plena em uma pobre sociedade onde o acesso aos bens e serviços é reduzido seria utópico. Todavia, o progresso de uma sociedade igualitária e humanista, tem a ver com a abundância, riqueza da nação, dependem também da luta, dos movimentos sociais e da ação concreta dos cidadãos e cidadãs.

Torna-se pertinente esclarecer o entendimento quanto ao paradigma da inclusão. Este paradigma, alicerçado à atualidade, abrange todas as formas possíveis da existência humana. Ser adulto ou jovem, branco ou negro, endinheirado ou desprovido, obeso ou magro, possuir alguma deficiência ou não ter deficiência, ser homem, mulher ou transexual são apenas algumas das inúmeras probabilidades de ser humano.

Nesta contemplação que situamos o sentido do conceito inclusão. De acordo com Mantoan (1997), iniciou as primeiras práticas que “abraçavam” a inteiração social, no anseio de impedir os movimentos de exclusão associados à institucionalização, uma vez que, Marques (1998, p. 112), complementa:

O fato de uma pessoa morar ou frequentar uma determinada instituição já basta para que se difunda o arquétipo da incapacidade, sem que antes se busque conhecer o potencial desse indivíduo, independentemente do tipo e grau de sua deficiência.

Para concluir tal afirmação, o autor explica ainda que, a institucionalização da deficiência ocasionou um certo desconsolo, em praticamente em toda a sociedade, em relação às próprias instituições e às pessoas ali habitantes, devido a contribuição dada ao preconceito e desprezo.

Um passo inicial de grande valia da gestão escolar, para o sucesso de uma política inclusiva, seria oferecer a todos os que atuam no âmbito educacional uma compreensão mais objetiva acerca das carências especiais de seus estudantes, a fim de assegurar atitudes desprovidas de preconceito. Considerando que todos os estudantes possuem potenciais e limitações, e que, portanto, são predestinado, a sucessos e fracassos.

Espera-se que as pessoas observam que “por detrás de um deficiente há sempre uma pessoa que quer estar entre nós, que quer ser um membro ativo da nossa sociedade e que quer desfrutar da vida, como todos nós. E isto não é uma questão de caridade. É, acima de tudo, um direito a ser respeitado” (MANTOAN, 1997, p. 170).

5 | O PROFESSOR COMO MEDIADOR NA CONTRIBUIÇÃO ENTRE ESCOLA E INCLUSÃO

Será expressado, aqui, a discussão sobre a formação de professores para a

educação especial em sua relação com a organização escolar. Em relação a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN, mais precisamente fixada no artigo nº 62, ao tratar da formação de docentes, pode-se constatar que esta poderá acontecer tanto nas universidades em cursos de licenciatura plena, bem como, nos institutos superiores de educação. Para essa destaca-se a lei (artigo 63):

Os institutos superiores de educação manterão:

- I – cursos formadores de profissionais para a educação Básica, inclusive o curso normal superior, destinado à formação de docentes para a educação infantil e para as primeiras séries do ensino fundamental;
- II – programas de formação pedagógica para portadores de diplomas de educação superior que queiram se dedicar à educação básica;
- III – programas de educação continuada para os profissionais de educação dos diversos níveis (BRASIL, 1996).

Para sintetizar a função do professor, cabe descrever que o governo estimula algumas iniciativas para a formação de professores que podem ser denominadas em: flexibilização da formação; as habilidades a serem desenvolvidas; o aprender a aprender; atendimento à diversidade; centralidade da prática do professor, entre outras.

No que diz respeito às competências, tão presentes nos documentos políticos, elas mencionam que o professor deve saber: atuar em união com a comunidade escolar, resolver situações limitadora do âmbito escolar, encontrar soluções criativas a problemas concernentes ao processo ensino-aprendizagem de seus estudantes, até mesmo às conflitos da comunidade em que a escola está inserida (MICHELS, 2006).

Percebe-se que se transforma tanto a função do professor como o da escola, quando a formação dos professores para atender estudantes com limitações e até mesmo debater assuntos de caráter social (gênero, bullying, classe social, religião, comunidade) torna-se foco nas competências a serem desencadeadas por tais profissionais. Em tese, pode-se entender que a proposição atual de formação de professores, na condição de capacitados quanto especializados, não infringe com o modelo de formação tradicionalmente destinado à área. Desta forma, é possível afirmar que segundo Skrtic (1996), a educação inclusiva tem, tradicionalmente, se organizado tendo por base o modelo médico-pedagógico.

O autor explica que, tal modelo é confundido com o conhecimento da educação especial, passando a constituir a elaboração do currículo do curso de formação de seus professores, a indicar o trabalho a ser desenvolvido com os estudantes considerados deficientes, a sensibilizar as políticas públicas dirigidas à educação especial, entre outras ações que envolvem a área.

Desta maneira, podemos inferir que a formação de professores proposta hoje pela política educacional brasileira não possibilita a superação da exclusão. Ao contrário, tal proposição consolida a exclusão dos alunos das classes populares, sendo eles considerados deficientes ou não, no seio mesmo da escola. Não mais falamos em excluídos da escola (do ensino fundamental), mas em excluídos do processo de aprendizagem no interior da escola (MICHELS, 2006, p. 418).

O professor e sua necessária formação aparecem como componentes determinantes no encaminhamento desse contexto de gestão. Isto é, o professor assume o papel de gestor da educação e a sua formação deve comprovar tal função. Em suma, na concepção de Michels (2006, p. 421), “a expressão desse encaminhamento, apresento a formação de professores para a educação especial que, tendo como foco a inclusão, indica a formação docente como elemento-chave para a mudança na escola”.

Com base nessas informações, pode-se observar que são necessárias intensas mudanças no sistema educacional vigente a fim de assegurar o cumprimento das intenções da inclusão. Cabe, então, considerar as várias dificuldades vivenciadas por todos os participantes do cotidiano das escolas que tentam, de diferentes formas, viabilizar a educação inclusiva de acordo com suas possibilidades.

Na inclusão educacional, é eminentemente necessário o engajamento de todos os membros da equipe escolar na elaboração de ações e programas ligados ao assunto. Gestores, docentes, servidores, secretaria que apresentam papéis específicos, porém precisam trabalhar coletivamente para que a inclusão escolar seja efetivada nas escolas. Complementando a reflexão de Sant’Ana (2005), é essencial que tal equipe dê sequência ao desenvolvimento profissional e ao aprofundamento de estudos, objetivando à melhoria do sistema educacional inclusivo.

6 | CONCLUSÃO

As reflexões aqui apresentadas, cuja temática foi a atuação da gestão escolar na inclusão social no ensino fundamental, tiveram por finalidade debater como a reforma educacional brasileira, que deu seus primeiros passos à partir de 1990, tem proposto uma (re) organização escolar. Sendo assim, o estudo apresentou certos pensamentos que permitiram uma reflexão sobre os aspectos que têm permeado a inserção do estudante com necessidades especiais e demais questões sociais no sistema regular de ensino.

Os principais resultados apontaram que a educação inclusiva ocorre mediante a atuação de uma gestão comprometida com o bem-estar dos estudantes, afim de promover a integração entre eles e fomentar o elo entre o estudante e a escola. Gestores e professores parecem acreditar que a educação inclusiva é uma proposta viável, entretanto para que, seja oficialmente efetivada, precisa de profundas

mudanças na política e no sistema de ensino vigente.

Os resultados expressaram que os professores para dar continuidade até mesmo efetivar uma educação inclusiva que abrange aspectos limitadores e sociais do estudante necessitam de preparação eficaz que os mesmos sintam-se preparados à promoção da inclusão e contar com o apoio de especialistas. Além disso, constatou-se que para a gestão promover uma educação democrática, que atenda à totalidade dos educandos necessita firmar condições adequadas para atender a diversidade dos indivíduos que dela fazem parte e a participação ativa dos professores, pais e responsáveis e da sociedade.

Ao analisar as dificuldades encontradas pelos professores, segundo os autores o principal deles é a falta de preparo do professor para atuar com os problemas relacionados a saúde do estudante, bem como, lidar com as situações de condição sexual, bullying, étnico-racial, e demais questões sociais. Os dados obtidos revelam a carência de orientação por equipe multidisciplinar, formação continuada para docentes, infraestrutura e recursos pedagógicos adequados.

Partimos da compreensão de que, para o sucesso de uma política inclusiva, caberia oferecer a todos os que atuam no âmbito educacional uma compreensão mais objetiva acerca das carências especiais de seus estudantes, a fim de assegurar atitudes desprovidas de preconceito, como afirma Machado (2002). Em tese, a inclusão escolar é um forte “grito” para que sejam analisado o caminho que está sendo alinhado, na condição de nossos papéis enquanto cidadãos e cidadãs, pais e responsáveis, órgãos públicos e professores.

Muito já tem sido concretizado no sentido de um convencimento das conquistas da inclusão escolar para todo e qualquer estudante. Embora, não pareçam, as perspectivas são estimulantes, pois as experiências inclusivas vigentes têm superado as posições contrárias, sendo elas ao conservadorismo, às resistências de muitos. A Política Nacional de Educação Especial, no anseio social, representam um avanço para que essas perspectivas se reafirmem.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional**. Brasília: Ministério da Educação e do Desporto, 1996.

CORREIA, J. A. **A construção político-cognitiva da exclusão social no campo educativo**. Porto, Portugal: Universidade do Porto. 2004.

DEMO, P. **Introdução à metodologia da ciência**. 2º ed. São Paulo: Atlas, 1987. FARFUS, D. Organização pedagógica dos espaços educativos. Disciplina: Organização Pedagógica Espaços Educativos do curso de Pedagogia EaD da FACINTER. Curitiba, 2009.

DOURADO, L. F. **Políticas e Gestão da Educação Básica no Brasil: Limites e Perspectivas**. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/es/v28n100/a1428100/>>. Acesso em: 14 maio. 2019.

DUTRA, C. P. GRIBOSKI.; C. M. **Gestão para a inclusão**. Disponível em <[http://file:///C:/Users/ediva/Downloads/4372-19276-1-PB%20\(1\).pdf](http://file:///C:/Users/ediva/Downloads/4372-19276-1-PB%20(1).pdf)>. Acesso em 14 de maio. 2019.

FERNANDES, S. **Metodologia da Educação Especial**. 1ª ed. Curitiba. IBPEX, 2011.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. 13. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2005.

LÜCK, H. **A Evolução da Gestão Educacional, a partir de Mudança Paradigmática**. 2001. Disponível em: http://revistaescola.abril.com.br/grandes_temas/gestao_escolar/gestao.doc. Acesso em: 30 ago. 2005.

MACHADO, V. (2002). **Repercussões da proposta de “educação inclusiva” a partir do discurso de professores de educação especial da rede pública estadual paulista**. Dissertação de Mestrado Não-Publicada, Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade de São Paulo.

MANTOAN, M. T. E. **Ser ou estar, eis a questão**: explicando o déficit intelectual. Rio de Janeiro: WVA, 1997.

MANTOAN, M. T. E. **A hora da virada. Inclusão**: Revista da Educação Especial, Brasília, v. 1, n. 1, p. 24-28. 2005.

MANTOAN, M. T. E. **Ensinando a Turma Toda**. Pátio, Porto Alegre, ano 5, n 20, p. 18-23, 2002.

MARQUES, C. A. **Implicações políticas da institucionalização da deficiência**. In: Educação & Sociedade: revista quadrimestral de Ciência da Educação/Centro de Estudos Educação e Sociedade (Cedes) n. 62, 1998. p. 105-22.

MARTINS, J. S. **A sociabilidade do homem simples**: cotidiano e história na modernidade anômala. São Paulo: Hucitec, 2000.

MICHELS, M. H. **A formação de professores de educação especial na UFSC (1998-2001)**: ambiguidades estruturais e a reiteração do modelo médico-psicológico. 2004. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação: história, política, sociedade, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2004.

MICHELS, M. H. **Gestão, formação docente e inclusão**: eixos da reforma educacional brasileira que atribuem contornos à organização escolar. Departamento de Estudos Especializados em Educação - Universidade Federal de Santa Catarina. Revista Brasileira de Educação v. 11 n. 33, 2006.

OLIVEIRA, D. A. **A gestão democrática da educação no contexto da reforma do Estado**. In: FERREIRA, Naura Syria C.; AGUIAR, Márcia Ângela da S. (Orgs.). Gestão da educação impasses, perspectivas e compromissos. São Paulo: Cortez, 2000. p. 91-112.

PINSKY, J. C. B. Pinsky (Orgs.) **História da Cidadania**. São Paulo: Ed. Contexto, 2003.

SANT'ANA, I. M. Educação inclusiva: concepções de professores e diretores. **Psicologia em estudo**, v. 10, n. 2, p. 227-234, 2005.

SKRTIC, T. M. La crisis en el conocimiento de la educación especial: una perspectiva sobre la perspectiva. In: FRANKLIN, Barry M. (Comp.). Interpretación de la discapacidad: teoría e historia de la educación especial. Barcelona: Pomares Corredor, 1996.

ÍNDICE REMISSIVO

A

A inclusão escolar 1, 11, 16, 17, 32, 34, 35, 36, 39, 48, 50, 64, 68, 116, 117, 147, 148, 234, 235, 245
Altas habilidades/superdotação 89, 90, 132, 134, 135, 136, 138, 139, 141
Ambiente de escolarização 189
Aprendizados 169, 178, 179, 181, 186
Artes 23, 102, 132, 134, 258, 260, 261, 263, 264, 265, 266, 267, 268, 269, 270, 271, 272, 273, 274, 275, 279, 285, 291
Atendimento educacional especializado 10, 41, 53, 74, 75, 76, 78, 85, 86, 87, 89, 90, 91, 93, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 102, 103, 104, 106, 107, 112, 119, 121, 131, 147, 151, 201, 203, 204, 209, 210, 224, 229, 233
Atendimento pedagógico domiciliar 119, 120, 130, 131
Autismo 53, 55, 56, 57, 59, 60, 63, 64, 80, 153, 207
Avaliação 77, 85, 93, 95, 99, 102, 103, 123, 132, 134, 135, 136, 137, 139, 140, 143, 147, 148, 152, 153, 160, 173, 204, 233

C

Comunidades quilombola 220, 225, 231
Corpo 4, 39, 81, 85, 133, 139, 161, 164, 167, 175, 204, 217, 265, 276, 277, 278, 279, 280, 281, 282, 283, 284, 285, 286, 287, 288, 289, 295, 296, 297, 298, 299

D

Deficiência intelectual 11, 15, 17, 19, 20, 22, 64, 73, 153, 154, 207, 226, 233, 236
Deficiência visual 1, 2, 3, 4, 6, 9, 10, 88, 91, 232, 238, 242
Desenho universal 53, 54, 55, 57, 58, 60, 63, 146, 147, 148

E

Educação ambiental 149, 150, 151, 152, 158, 159
Educação decolonial 211, 212
Educação no brasil 24, 25
Educação sexual 47, 163, 168, 246, 247, 276, 278, 296, 298, 300
Ensino fundamental 11, 15, 26, 77, 108, 109, 115, 116, 142, 148, 178, 184, 195, 211, 221, 232, 236, 297
Escola do campo 169, 172, 177
Escolarização 47, 59, 130, 140, 141, 147, 175, 177, 189, 192, 199, 220, 221, 223, 228, 229, 232
Étnico-racial 117, 160, 168
Exclusão 1, 18, 24, 29, 33, 34, 37, 39, 42, 43, 44, 45, 46, 49, 50, 67, 78, 79, 82, 110, 111, 112, 113, 114, 116, 117, 174, 175, 191, 231, 247, 276

G

Gênero 32, 33, 34, 39, 42, 43, 44, 47, 48, 50, 115, 160, 161, 163, 164, 165, 166, 168, 175, 190, 250, 270, 276, 277, 278, 279, 283, 284, 287, 289, 290, 291, 292, 293, 294, 295, 296, 297, 298, 299

Gestão escolar 108, 109, 110, 114, 116, 140

Gestores 17, 111, 116, 140, 141, 142, 143, 144, 145, 146, 147, 148, 220, 231

H

Humanística 160

I

Identidades 7, 26, 53, 57, 61, 62, 71, 168, 288, 294, 297, 298, 299

Inclusão de surdos 105, 258, 261

Inclusão escolar 1, 11, 15, 16, 17, 18, 22, 23, 32, 34, 35, 36, 37, 39, 41, 48, 49, 50, 64, 65, 66, 67, 68, 70, 76, 94, 95, 116, 117, 128, 135, 140, 142, 143, 147, 148, 184, 187, 188, 190, 194, 200, 209, 220, 221, 225, 232, 233, 234, 235, 245

Inclusão social 4, 22, 37, 60, 108, 109, 110, 116, 129, 148, 149, 151, 174, 175, 200, 225

Institucionalização 25, 114, 118, 201, 204, 206, 207, 208, 210, 251

L

Libras 96, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 106, 244, 258, 259, 260, 261, 262, 263, 264, 265, 266, 267, 268, 269, 270, 271, 272, 273, 274, 275

Linguística 101, 106, 244, 260, 261, 262, 263, 265, 266, 267, 271, 275

M

Mediador escolar 1, 6, 7

N

Necessidades especiais 13, 14, 16, 18, 21, 22, 71, 72, 116, 149, 150, 151, 152, 153, 158, 185, 191, 236, 246

Nome social 32, 34, 48, 50, 51, 52

P

Pae 140, 141, 142, 146, 147

Pertencimento 27, 54, 57, 61, 189, 199, 216

Política 6, 7, 9, 25, 28, 36, 37, 45, 46, 48, 50, 73, 75, 76, 78, 85, 89, 93, 95, 97, 98, 105, 106, 110, 113, 114, 116, 117, 118, 119, 121, 129, 130, 187, 191, 199, 200, 203, 204, 208, 209, 210, 218, 225, 229, 231, 232, 246, 261, 266, 271, 275, 288, 297

Processo de brincar 1, 8

Psicologia escolar 52, 169, 170, 171, 172, 177, 189, 194, 195, 199, 200

Psicologia histórico-cultural 65, 66, 67, 68, 70, 72, 73, 169, 177

R

Rede de ensino básico 87

S

Sexualidade 39, 47, 51, 239, 240, 241, 247, 276, 277, 278, 279, 280, 283, 287, 288, 289, 292, 295, 296, 297, 298, 299, 300

Superior 13, 26, 29, 30, 73, 87, 89, 90, 91, 92, 93, 111, 115, 134, 137, 138, 161, 162, 163, 164, 202, 208, 209, 218, 242, 259, 262, 270, 275, 280, 292

T

Técnico e tecnológico 87

Tecnologias assistivas 9, 53, 54, 92, 220, 221, 222, 225, 226, 227, 228, 230, 231, 233

Transexuais 32, 34, 37, 50, 51, 52

Travestis 32, 34, 37, 50, 51, 52

U

Universidade 1, 11, 24, 31, 65, 73, 95, 108, 117, 118, 119, 132, 136, 139, 140, 149, 151, 153, 154, 155, 156, 157, 158, 160, 161, 164, 165, 166, 167, 168, 169, 177, 183, 189, 200, 220, 222, 232, 233, 234, 246, 247, 248, 258, 259, 261, 262, 263, 270, 275, 296, 300

 **Atena**
Editora

2 0 2 0